

Rondon e o Processo Civilizador do Sertão Centro-Oeste e Norte Brasileiro

Fernando da Silva Rodrigues¹

Este estudo sobre militares e política se insere no contexto histórico-político da primeira República no Brasil que foram delineados pela construção do Estado territorial, pela delimitação das fronteiras e pela construção da nacionalidade brasileira. Será neste contexto que o General Cândido Mariano da Silva Rondon, engenheiro por formação, mas militar por profissão, ajudará a desenvolver uma missão civilizadora no sertão Centro-Oeste e Norte do Brasil, promovendo a integração do interior ao litoral, seja através da construção de linhas telegráficas, símbolo do progresso e de modernidade, seja pelas demarcações das fronteiras como fechamento de um ciclo aonde no Brasil vinha-se de longa data tentando-se estabelecer um domínio sobre o território que antes pertencia a Espanha e que foi incorporado ao espaço colonial português e posteriormente passa a pertencer ao Estado brasileiro com sua independência política.

Rondon foi um típico homem de seu tempo, com formação política e filosófica positivista, modelada pela Escola Militar da Praia Vermelha (EMPV) reduto militar do positivismo no Brasil². Seus pensamentos civilizadores baseavam-se nos ideais científicos (estudos geográficos, topográficos, cartográficos, etnográficos etc.) e nos ideais de progresso (construção das linhas e estações telegráficas) de forma que realizariam a integração do Estado brasileiro principalmente com a ligação do litoral ao sertão desconhecido.

O General Rondon desenvolverá sua missão militar e civilizadora de forma a abrir mão de sua vida privada para se dedicar exclusivamente a sua vida pública a serviço do Estado, cumprindo a missão de resgatar os sertões brasileiros. Bom para o Estado, melhor para o Exército que mantinha suas tradições castrenses com as atividades desenvolvidas pelo General Rondon.

Suas ações pelos sertões brasileiros foram muitas: passou pela construção das linhas e estações telegráficas, pela criação e direção do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) em

1910, pela expedição científica Roosevelt-Rondon em 1913 e 1914, pela chefia da comissão de inspeção de fronteiras entre 1927 e 1930, até a função de delegado do Brasil junto à comissão mista internacional Peru-Colômbia, com sede em Letícia, em 1935.

Segundo os clássicos escritos sobre a História do Brasil, baseados numa história política tradicional, factual ou, como diriam os fundadores da *École des Annales*, *evenementielle*³, as ações do General Rondon tinham como ideal a integração e a civilização do sertão, principalmente dos grupos indígenas brasileiros esquecidos no seu “atraso cultural”, na sua condição de “sociedade inferior”⁴. Rondon deveria rasgar as matas misteriosas e resgatar seus nativos da barbárie, trazendo-os para a civilização. Deveria unir o território, conhecer sua natureza, considerada hostil e desconhecida, ser a peça fundamental de uma articulação política ao qual estava a serviço. Seria um símbolo nacional republicano: militar, positivista, patriota e civilizado.

O ser engenheiro militar nessa época (ter uma formação positivista e estar a serviço do Estado) é fator preponderante na configuração do elemento que vai conduzir este processo civilizador contemporâneo. O lema “Ordem e Progresso” tem o poder simbólico de garantir a integração do território nacional através de um progresso científico desenvolvido pelo Exército, instituição pública a serviço do Estado. As linhas telegráficas e as demarcações de fronteiras empreendidas pelo General Rondon tornaram-se representações de poder promovendo a extensão das ações do Estado como centro político para suas regiões periféricas.

No início do século XX Rondon recebeu a missão de levar o telegrafo para região Centro-Oeste, prolongando a linha do sul do Estado do Mato Grosso ao Amazonas. Até 1900, se alguém do Rio de Janeiro quisesse falar com o sul do Mato Grosso, precisava navegar pelo Atlântico Sul, entrar na Bacia do Prata e subir o rio Paraguai até chegar ao destino. Em síntese, não havia estradas contínuas nem comunicação rápida com a região, tornando a Bacia do Prata área de interesse estratégico e tensão entre as nações do Cone Sul.

Foram feitas varias tentativas para levar o telégrafo até o Centro-Oeste, mas o Pantanal e a floresta dificultavam toda ação do Estado com esse intuito. Ou seja, até 1900, nossas fronteiras com o Paraguai e a Bolívia continuavam desguarnecidas e isoladas do resto do Brasil.

No ano de 1906, o então presidente da República Afonso Pena, incumbira Rondon de construir a linha telegráfica que ligaria através do sertão o Estado do Mato Grosso à Amazônia.

Bolívia e Brasil disputavam terras do Acre e o Brasil propôs um acordo em troca das terras, daríamos uma saída para o mar, através da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, por onde a exportação boliviana viria até o Rio Madeira, embarcaria em navios, percorreria o Amazonas e seguiria destino pelo Atlântico. No entanto, para conseguir tal feito, o Brasil precisava estabelecer comunicação rápida com a Amazônia, pois o Estado precisaria controlar o comércio internacional que atravessaria nosso território.

A missão de ligar o Mato Grosso à Amazônia foi desenvolvida em três etapas: em 1907, é estabelecida a base para o início das operações a partir do Rio Juruena rumo ao Rio Madeira; em 1908, chega à Serra do Norte, cumprindo mais uma etapa de sua missão; em 1910, chega ao destino, no porto de Santo Antônio do Rio Madeira.

No ano de 1910 foi criado o Serviço de Proteção ao Índio (SPI) pelo presidente Hermes da Fonseca que convidou Rondon para chefiá-lo. A liberdade dos índios continuava sendo vista pela ação tutelar do Estado, dali se processara sua inserção na sociedade civilizada. Os homens do Estado, principalmente os que pertenciam às instituições de formação positivista, avaliam esta inserção do índio pelo progresso dirigido, como no trecho abaixo se fez pronunciar Luís Horta Barbosa, que exercera o cargo de diretor do SPI:

“O serviço não procura nem espera transformar o índio, os seus hábitos, os seus costumes, a sua mentalidade, por uma série de discursos ou de lições verbais, de prescrições, proibições e conselhos, conta apenas melhorá-lo, proporcionando-lhe os meios, o exemplo e os incentivos indiretos para isso: melhorar os seus meios de trabalho, pela introdução das ferramentas; as suas roupas, pelo fornecimento de tecidos, e dos meios de usar a arte e de coser, à mão e a máquina; a preparação dos seus alimentos pela introdução do sal, da gordura, dos utensílios de ferro, etc...; as suas habitações; os objetos de uso doméstico; enfim, melhorar tudo quanto ele

tem e que constitui o fundo mesmo de toda existência social. E de todo este trabalho, resulta que o índio é não um mísero ente sem classificação social, por ter perdido a civilização a que pertencia sem ter conseguido entrar naquela para onde o queriam levar.”

(Amílcar 1946:55)

O contato com a civilização seria promovido através da organização de povoações indígenas pelos Postos de Atrações e Postos de Pacificação, subordinados ao SPI. Tornaram-se posições intermediárias entre a selvageria e a civilização. Locais próprios para iniciar o processo civilizatório dos grupos indígenas, que em seguida seriam inseridos na sociedade civilizada.

A expedição Científica Roosevelt-Rondon, de 1913 a 1914 pelo sertão da Amazônia, pode sintetizar bem os interesses internacionais, que pretendia estabelecer o ideal civilizatório como forma de articulação de poder e dominação através do eixo centro-periferia.

Logo, percebemos que o Brasil científico da primeira república via em militares como Rondon o símbolo de todos os seus ideais. O general seria a porta de entrada para o mundo civilizado. O Estado percebia, nos elogios internacionais recebidos, que o caminho para o reconhecimento da condição de civilizado também passava por Rondon e por seus trabalhos realizados demonstrando o momento de projetar o outro Brasil, aquele que era tratado como exótico: o sertão centro-oeste e norte brasileiro.

O período de 1927 a 1930 foi crucial para História Política do Brasil, com relação ao estabelecimento das fronteiras terrestres do centro-oeste e norte brasileiro. O telégrafo de Rondon tomou posse sobre o Centro-Oeste e a Amazônia, mas a Comissão de Inspeção de Fronteira completara o trabalho de consolidação de nossa soberania territorial, ratificando as nossas reais fronteiras.

Em 1927, o então presidente da república Washington Luiz solicita que sejam inspecionadas as fronteiras do país até o final de seu governo, com o objetivo de estudar as condições de seu povoamento e segurança, sendo, portanto, o General Rondon nomeado Inspetor de Fronteira. A expedição tinha por tarefa atingir a linha de fronteiras do Brasil com

a Guiana Francesa, Guiana Holandesa, Guiana Inglesa, Venezuela, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, sendo amplamente registradas através de fotografias, cartas topográficas, documentos escritos e filmes.

Para análise deste momento utilizamos principalmente as fotografias produzidas pela Comissão de Inspeção de Fronteiras, em que tomamos por princípio a identificação das ações dos expedicionários de forma que pudéssemos entender a construção de uma parte do processo intervencionista do Estado no sertão centro-oeste e norte brasileiro. Neste caso, foi dada prioridade à análise da produção fotográfica militar que merece destaque no contexto nacional por ter sido desenvolvida dentro de uma instituição que representa o interesse do Estado, o Exército brasileiro. Nosso objetivo foi articular a produção cultural a uma política de Estado.

Para realizar este trabalho, tomamos como base as teorias de análise iconográficas, apoiado no ideal de um processo civilizador para o sertão brasileiro na primeira República, articulados pela abordagem de uma nova história política vista pelo uso dos sistemas de representações e dialogando com a semiótica.

A história da fotografia buscou levantar os processos evolutivos da técnica fotográfica, além de discutir sua inserção no que seria o circuito social deste tipo de imagem (produção, circulação e consumo).

Segundo Boris Kossoy, a invenção da fotografia irá permitir ao homem congelar um fragmento de uma realidade que se materializará sobre uma superfície tratada. A partir desse momento tornava-se a imagem fotográfica um documento.

A fotografia é o resultado do ato de fotografar exercido pelo homem, que num determinado espaço e tempo escolheu um tema para ser registrado. Conforme Boris Kossoy, o fotógrafo é classificado na forma de filtro cultural, que ao registrar um evento e transformá-lo em um documento fotográfico, colocou seu olhar a serviço de sua ideologia e interesses.

“Toda fotografia é uma testemunho segundo um filtro cultural, ao mesmo tempo que é uma criação. Por outro lado, ela representa sempre a criação de um testemunho”. (KOSSOY 2003:50)

A fotografia original adquiriu a condição de fonte primária, através da qual podemos analisar um determinado fato histórico ocorrido. A sua reprodução torna essa mesma fotografia uma fonte secundária, que será um multiplicador de conteúdo ou um instrumento de disseminação da informação histórica.

Individual ou coletiva, a produção fotográfica pode ter vários agentes históricos que se desenvolvem em diversos ambientes que são retratados e que podem servir como transmissor de uma mensagem codificada.

Esta produção fotográfica, não deve ser tratada como um processo natural, mas sim de esforços concentrados para mostrar um momento específico.

No caso das ações do General Rondon pelo sertão, verifica-se uma certa intencionalidade com relação à documentação produzida, pois na condição de documento⁵ as fotografias⁶ servirão de registros do Estado no processo civilizador e na intervenção do sertão, condição essencial para se estabelecer a soberania sobre as fronteiras internacionais.

As fotografias analisadas integram cinco álbuns da Comissão de Inspeção de Fronteiras no período de 1927 a 1930, chefiadas pelo General Rondon. Os álbuns estão assim divididos: primeiro, Pará e Amazonas, no ano de 1927; segundo, refere-se a Campanha de 1928/1929 (Primeira Parte), da cidade de Óbidos, rio Amazonas ao Alto da Cachoeira Grande; terceiro, a Campanha de 1928/1929 (Segunda Parte), da Barra do rio Marapi sobre o rio Parú do Cuminá ao acampamento da Cabeceira Rica ao sopé do Pico Ricardo Franco e Campos Gerais ao Sul da Serra de Tumucumaque no Estado do Pará; quarto, a Campanha de 1927/1928 (Terceira Parte), que são panoramas fotográficos do topo do Pico Ricardo Franco para documentar a conformidade do Arco formado pela Serra Tumucumaque na cabeceira do rio Parú do Cuminá com a presença de índios Tiriós, Rangús e Uianás; e, por último, o quinto álbum da Campanha de 1929/1930 (Segunda Parte), da Barra do rio Acre sobre o rio Purus no Estado do Amazonas à mina de manganês de Urucum, na cidade de Corumbá no Mato Grosso.

No material documental iconográfico (fotografias e filmes) produzido pelas turmas de inspeção de fronteiras percebemos uma grande parcela deles privilegiando o tema espaço geográfico e que confirmaram uma intenção de se estudar o meio natural do sertão brasileiro o qual seria utilizado não só para reconhecer as nossas fronteiras terrestres como também para estudos geopolíticos visando futuras intervenções diretas do Estado, ou seja, uma real intenção de se conhecer o território para se conquistar a soberania.

O estudo das culturas encontradas torna-se um complemento da avaliação territorial, visto que uma intervenção do Estado fatalmente passa por todos os campos, desde do material até o pessoal. Percebemos nos álbuns analisados uma grande quantidade de imagens dos grupos indígenas brasileiros e de Estados fronteiriços, além de algumas imagens de negros que habitavam as regiões percorridas pela expedição. Estes estudos etnográficos tinham por objetivo estabelecer o grau de desenvolvimento material destes grupos considerados inferiores e facilitar o processo civilizatório e intervencionista.

Logo, com essa trajetória desenvolvida no âmbito da História nacional brasileira e desempenhando atividades articuladas ao governo central, Rondon pode ser identificado como um instrumento do Estado neste processo civilizador⁸ do sertão.

No caso das ações do General Rondon pelo sertão, é possível que se verifiquem certas intencionalidades do Estado ao promover estas missões civilizadoras: defesa militar das nossas fronteiras na América do Sul; preservação da independência política, através de uma soberania sobre o território que passaria a ser reconhecido nacional e internacionalmente pelas eficientes demarcações de fronteiras terrestre que a Comissão de Inspeções de Fronteiras realizou no período de 1927 a 1930; reconhecimento de um território desconhecido; e o processo de integração sertão-litoral via processo civilizador dos diversos grupos indígenas diminuindo as tensões existentes entre o litoral civilizado e o sertão selvagem.

¹ Mestre em História pelo PPGHIS da Universidade Severino Sombra, pesquisador do Arquivo Histórico do Exército e do Laboratório de Estudo Sobre Os Militares na Política (LEMP) do IFCS/UFRJ, Professor da cadeira de História do Brasil V, África e Prática de Ensino de História da Universidade Iguazu.

² CASTRO, Celso. *A Proclamação da República*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000 (Coleção Descobrimdo o Brasil).

³ CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Domínios da História, Ensaios de Teoria e Metodologia**. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁴ LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, 2002.

⁵ FEBVRE apud LE GOFF, Jacques. **Documento/movimento**. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda (V.1) Memória-história p.98, 1984.

⁶ Como dizia Jacques Lê Goff, a fotografia pode ser considerada simultaneamente uma imagem/monumento e uma imagem/documento. No primeiro momento ela é considerada um índice, como uma marca de uma materialidade passada, na qual os objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado, ou seja, condições de vida, a moda, a evolução urbana ou rural etc. No segundo momento, a fotografia é um símbolo, aquilo que no passado à sociedade estabeleceu como a única imagem a ser lembrada posteriormente.

⁷ KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. São Paulo: Ática, 1989.

⁸ ELIAS, Norbert. **O Processo Civilizador: uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.